



Tribunal de Contas da União

TCU / ACE I Concurso Público

CARGO:

ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO
Área de Controle Externo

Caderno de
Prova Objetiva



Aplicação: 14/5/2005

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **duzentos** itens, correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenados de **1 a 200**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Nos itens da prova objetiva, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração da prova é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

- I **16/5/2005**, a partir das 10 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tcuacel2005 — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **17 a 19/5/2005** — Recursos (prova objetiva): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tcuacel2005.
- III **15/6/2005** — Resultados final da prova objetiva e provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e locais mencionados no item I.
- IV **16 a 18/6/2005** — Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V **6/7/2005** — Resultados finais da prova discursiva e do concurso: locais mencionados no item III.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 10 do Edital n.º 1 – TCU/ACE I, de 4/3/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 200 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

PARTE I

Texto I – itens de 1 a 17

Breve histórico

1 A idéia de criação de um Tribunal de Contas surgiu, pela primeira vez no Brasil, em 23 de junho de 1826, com a iniciativa de Felisberto Caldeira Brandt, Visconde de Barbacena, e de José Inácio Borges, que apresentaram projeto de lei nesse sentido ao Senado do Império. As discussões em torno da criação de um Tribunal de Contas durariam
4 quase um século, polarizadas entre aqueles que defendiam a sua necessidade — para quem as contas públicas deviam ser examinadas por órgão independente — e aqueles que a combatiam, por entenderem que as contas públicas podiam continuar sendo controladas por aqueles mesmos que as realizavam.

7 Originariamente o Tribunal teve competência para exame, revisão e julgamento de todas as operações relacionadas com a receita e a despesa da União. A fiscalização fazia-se pelo sistema de registro prévio. A Constituição de 1891 institucionalizou o Tribunal e conferiu-lhe competências para liquidar as contas da receita e da despesa e
10 verificar a sua legalidade, antes de serem prestadas ao Congresso Nacional.

Pela Constituição de 1934, o Tribunal recebeu, entre outras, as seguintes atribuições: proceder ao acompanhamento da execução orçamentária, registrar previamente as despesas e os contratos, julgar as contas dos
13 responsáveis por bens e dinheiro públicos, assim como apresentar parecer prévio sobre as contas do Presidente da República, para posterior encaminhamento à Câmara dos Deputados. Com exceção do parecer prévio sobre as contas presidenciais, todas as demais atribuições do Tribunal foram mantidas pela Carta de 1937. A Constituição de 1946
16 acresceu um novo encargo às competências da Corte de Contas: julgar a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

A Constituição de 1967, ratificada pela Emenda Constitucional n.º 1, de 1969, retirou do Tribunal o exame e o
19 julgamento prévio dos atos e dos contratos geradores de despesas, sem prejuízo da competência para apontar falhas e irregularidades que, se não sanadas, seriam, então, objeto de representação ao Congresso Nacional.

Eliminou-se, também, o julgamento da legalidade de concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ficando
22 a cargo do Tribunal, tão-somente, a apreciação da legalidade para fins de registro. O processo de fiscalização financeira e orçamentária passou por completa reforma nessa etapa. Como inovação, deu-se incumbência à Corte de Contas para o exercício de auditoria financeira e orçamentária sobre as contas das unidades dos três poderes da União, instituindo-
25 se, desde então, os sistemas de controle externo, a cargo do Congresso Nacional, com auxílio da Corte de Contas, e de controle interno, este exercido pelo Poder Executivo e destinado a criar condições para um controle externo eficaz.

28 Finalmente, com a Constituição de 1988, o Tribunal de Contas da União (TCU) teve a sua jurisdição e a sua competência substancialmente ampliadas. Recebeu poderes para, no auxílio ao Congresso Nacional, exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta,
31 quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade, e a fiscalização da aplicação das subvenções e da renúncia de receitas. Qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumira obrigações de
34 natureza pecuniária tem o dever de prestar contas ao TCU.

Conheça o TCU. Internet: <<http://www.tcu.gov.br>>. Acesso em 10/4/2005 (com adaptações).

Com base na recuperação precisa da informação do texto I e no que se prescreve em relação à modalidade escrita formal da Língua Portuguesa, julgue os itens a seguir.

- 1 Em relação às atribuições do Tribunal de Contas, da Constituição de 1934 à de 1946, houve somente uma inclusão e uma exclusão.
- 2 Segundo o texto, a partir de 1967, apenas o Tribunal tem competência para julgar a legalidade de concessões.
- 3 A etapa a que o texto se refere, na linha 23, é período posterior à entrada em vigor da Constituição de 1967.
- 4 O emprego da vírgula antes de “que” (l.2) justifica-se pelo valor restritivo da oração adjetiva que esse pronome introduz.

- 5 É correta a forma variante de grafia do vocábulo “projeto de lei” (l.2-3) com hífen.
- 6 O vocábulo de que se derivaram formas como **polar**, **polarizar**, “polarizadas” (l.4) tem acento diferencial.
- 7 Tem-se modalizador em “deviam ser” (l.4-5), que imprime sentido diverso do sentido de obrigatoriedade.
- 8 O objeto direto em “aqueles que a combatiam” (l.5) refere-se à necessidade de criação de um Tribunal de Contas.
- 9 Nas linhas 7 e 8, caso não houvesse flexão de número em “todas as operações relacionadas”, o significado da informação seria alterado.
- 10 Sem alteração do sentido do texto, a preposição em “parecer prévio sobre as contas” (l.13) poderia ser substituída pela preposição **ante**.

- 11 Em “ratificada pela Emenda” (ℓ.18), o verbo significa **validada**.
- 12 Os vocábulos “prejuízo” (ℓ.19) e **atraí** acentuam-se atendendo à mesma regra.
- 13 O vocábulo “eficaz” (ℓ.27) tem nuances significativas que o diferenciam do vocábulo **efetivo**.
- 14 Na linha 28, “Finalmente” é conector que poderia ser substituído — conservando-se o mesmo significado do texto — por **Destarte**.
- 15 No texto, o vocábulo “jurisdição” (ℓ.28) é termo técnico que significa **poder legal de aplicar o direito**.
- 16 É também correto flexionar em número o verbo no infinitivo, à linha 34.
- 17 A expressão “de natureza pecuniária” (ℓ.33-34) poderia ser substituída corretamente por **relativas a dinheiro**.

Texto II – itens de 18 a 26 e de 36 a 38

Quem são esses senhores

1 Para entender os senhores de Davos, temos de recorrer à história da filosofia e ao filósofo Pitágoras, o homem que, primeiro, conseguiu esta proeza extraordinária do pensamento humano: dissociou o número da coisa numerada.

4 Antes de Pitágoras, era necessário que duas vacas e dois bois se apresentassem diante do comerciante para que ele pudesse concluir que duas vacas mais dois bois perfaziam um total de quatro animais. Se vacas e bois, cansados de ser contados, resolvessem pastar no campo, as aritméticas dos comerciantes desmaiariam.

7 Pitágoras veio e disse: “Façamos abstração dos números, pensemos números abstratamente.” O filósofo separou os números das vacas numeradas e deu certo: as contas podiam ser feitas, mesmo na ausência dos animais, pouco dispostos. Foi um extraordinário avanço para o ser humano...e para as vacas, que puderam pastar em paz.

10 Hoje, neste mesmo instante em que estamos aqui reunidos discutindo os malefícios da globalização, o que estarão fazendo os Senhores de Davos? Estão fazendo exatamente o contrário de Pitágoras — estão reificando, coisificando os números... e fazendo abstração dos seres humanos.

13 Os Senhores de Davos pensam no lucro abstrato e esquecem a fome concreta. Os números passam a ser o sujeito da História: alíquotas, juros, índices Dow Jones e Nasdaq, dividendos... Não a saúde, a educação, o trabalho, a habitação e o lazer, porque estas são preocupações humanitárias e não econômicas.

16 Essa visão de Economia Abstrata opera tremenda divisão da Humanidade, que se torna tríade: a Primeira Humanidade, que controla o Deus-Mercado, verdadeira senhora do mundo; a Segunda Humanidade, que, a qualquer título, está dentro do Mercado; e a Terceira Humanidade, descartável, inútil, encontre-se ela nos extremos da África ou no ventre dos Estados Unidos.

19 Não quero parodiar filósofos, não quero imitar Descartes, mas creio que hoje devemos dizer: “Eu estou no mercado, logo existo”. Ai de quem não puder pronunciar essa frase terrível: será condenado à Terceira Humanidade e será, com ela, descartado!

22 Nós queremos a Paz, não a Guerra! Queremos Paz, sim, mas nunca a Passividade! Queremos conter a metástase da globalização.

Augusto Boal. *Revista Caros Amigos*, n.º 47, fev./2001, p.10 (com adaptações).

Julgue as seguintes reescrituras quanto à fidedignidade às prescrições gramaticais e às idéias desenvolvidas no texto II.

- 18 Para o entendimento dos senhores de Davos, urge a recorrência da filosofia e em especial, de Pitágoras, filósofo que distinguiu, primeiramente coisas contáveis e número.
- 19 Na Antigüidade, os comerciantes eram capazes só de fazer somas e, para isso, era necessário que os animais se apresentassem diante deles, antes de Pitágoras.
- 20 Pitágoras inovou ao propor que se pensassem os números abstratamente, ou seja, que, por exemplo, se prescindisse, para contar, da presença do que seria contado.
- 21 Hoje, é adequado parodiar Descartes afirmando que as nações e o indivíduo tem de dizer “Estou no mercado, logo existo”. O não pronunciar esta frase equivale à condenação de não integrar-se a Primeira Humanidade e de, junto com ela, sermos marginalizados.

Acerca das idéias desenvolvidas no texto II e de aspectos gramaticais, julgue os itens subseqüentes.

- 22 No texto, são exemplos de expressões de sentido conotativo, as quais seriam inadequadas para compor um texto técnico: “as aritméticas dos comerciantes desmaiariam” (ℓ.9-10); “Queremos conter a metástase da globalização” (ℓ.39-40).
- 23 Na expressão interrogativa “o que” (ℓ.18), pode-se suprimir “o”, sem prejuízo para a correção gramatical.
- 24 Um dos recursos enfáticos utilizado pelo autor é a sinonímia, como se verifica em “reificando, coisificando os números” (ℓ.20).
- 25 No trecho “porque estas são preocupações humanitárias e não econômicas” (ℓ.26-27), atenderia às recomendações gramaticais a substituição de “estas” por **essas**.
- 26 Uma outra forma de parodiar Descartes, sem subverter o sentido original do enunciado destacado nas linhas 35 e 36, é: **Estou no mercado, posto que existo**.

Texto III – itens de 27 a 39

A montanha mágica

1 No início de 2005, muito ouvimos falar de Davos –
um lugar na Suíça onde se reuniram os luminares de todo o
mundo para discutir as ansiedades que nos paralisam e as
4 perplexidades que nos mobilizam.

Por coincidência, Davos é também o cenário onde se
monta a ação de um famoso romance escrito por Thomas
7 Mann, **A Montanha Mágica**. O romance é de 1924 e
descreve a vida de um grupo de personagens doentes que, no
princípio do século, se instalaram no Sanatório Berghof,
10 procurando recuperar a saúde.

Um mundo enfermo foi de novo a Davos procurando
diagnosticar seus males e ali, em sucessivos e variados
13 seminários, se indagou onde estaria a cura dos males de nossa
civilização. Lá estavam Tony Blair, Lula e os presidentes de
dezenas de países desimportantes. Lá estavam Bill Gates e os
16 gerentes de agências financiadoras de todo o mundo. Lá
estava até Sharon Stone recolhendo US\$1 milhão para as
desgraças na Tanzânia. Enfim, lá estava uma amostra da
19 sociedade atual, ou melhor, lá estavam os pajés das diversas
tribos de nossa sociedade eletrônica tentando exorcizar as
doenças da comunidade.

22 **A Montanha Mágica** é um romance muito antigo.
Mas, sendo antigo, de repente, é atual, por causa da metáfora
viva que contém e que os sábios do Fórum Econômico
25 Mundial ressuscitaram. Que mágica se pode fazer na
montanha de dinheiro acumulado pelo hipercapitalismo para
sanar os males que corroem as vísceras de nossa comunidade?
28 Penso se o mundo não foi sempre um sanatório em Davos.

Affonso Romano de Sant'anna, *Correio Braziliense*, 6/2/2005 (com adaptações).

Com base nas idéias e nos aspectos morfossintáticos do texto III,
julgue os seguintes itens.

- 27 Infere-se do texto que, em Davos, está sendo filmada a
adaptação cinematográfica de uma obra literária do início do
século passado.
- 28 Subtende-se, da leitura do primeiro parágrafo, que o autor
julga haver vários tipos de ansiedade e que todos eles
paralisam o ser humano.
- 29 O vocábulo “os luminares” (l.2), sem contrariar o sentido
original do texto, poderia ser substituído por **as pessoas
preeminentes**.
- 30 Sem comprometer a correção gramatical do texto, as formas
verbais “discutir” (l.3) e “instalaram” (l.9) poderiam ser
substituídas, respectivamente, por **discutirem** e **instalou**.
- 31 Nas linhas 14 e 15, na ordem dos elementos coordenados,
que atende à hierarquia de riqueza dos países e de
importância dos representantes políticos no cenário mundial,
o Brasil inclui-se no grupo de “países desimportantes”.
- 32 É facultativo o emprego da vírgula imediatamente após
“Mas” (l.23).
- 33 No texto, o vocábulo “pajés” (l.19), empregado em sentido
denotativo, significa **presidentes de países**.
- 34 A correção gramatical do texto seria mantida caso a
conjunção condicional “se” (l.28) fosse substituída por “em
que”.
- 35 De acordo com a linha argumentativa do texto III, o
vocábulo “sanatório” (l.28) poderia corretamente ser
substituído pelo sinônimo **hospício**.

Com relação à correção gramatical e à pertinência às idéias
desenvolvidas nos textos II e III, julgue os próximos itens.

- 36 Ao se estabelecer relação entre os textos II e III, é adequado
afirmar que a reificação dos números e a abstração dos seres
humanos constituem um mal que corroe as vísceras da
humanidade.
- 37 Augusto Boal escreveu a respeito dos problemas da
economia mundial e do Fórum Econômico Mundial fazem
quatro anos, no entanto o texto desse autor permanece atual.
- 38 O texto III publicado em 2005, vai de encontro à linha
argumentativa do texto II, apesar deste ter sido escrito há
quatro anos atrás.
- 39 No texto III, o autor ressalta que a questão principal do
mundo atual trata-se da enfermidade causada pelo
hipercapitalismo. Enfermidade esta que pode ser comparada
à dos personagens enfermos do romance de Thomas Mann,
publicado em 1924.

Texto IV – itens de 40 a 45

1 A exaltação do *indivíduo*, como representante dos
mais elevados valores humanos que esta sociedade produziu,
combinada ao achatamento subjetivo sofrido pelos sujeitos
4 sob os apelos monolíticos da sociedade de consumo, produz
este estranho fenômeno em que as pessoas, despojadas ou
empobrecidas em sua subjetividade, dedicam-se a cultivar a
7 imagem de outras, destacadas pelos meios de comunicação
como representantes de dimensões de humanidade que o
homem comum não reconhece em si mesmo. Consome-se a
10 imagem espetacularizada de atores, cantores, esportistas e
alguns (raros) políticos, em busca do que se perdeu
exatamente como efeito da espetacularização da imagem: a
13 dimensão, humana e singular, do que pode vir a ser uma
pessoa, a partir do singelo ponto de vista de sua história de
vida.

Maria Rita Kehl. *O feticchismo*. In: Emir Sader (Org.). **Sete pecados
do capital**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 1999.

Com base nas idéias e nos aspectos morfossintáticos do texto IV,
julgue os seguintes itens.

- 40 A autora do texto defende a idéia de que a sociedade de
consumo produz indivíduos insensíveis aos mais elevados
valores construídos ao longo da história da humanidade.
- 41 Os meios de comunicação, por intermédio da técnica do
espetáculo, transformam em marca registrada de alguns
características, valores e modos de viver que são comuns a
todos os indivíduos da espécie humana.
- 42 O destaque dado à palavra “*indivíduo*” (l.1) confere-lhe o
sentido de **ser único, especial**, distinguível dos demais do
grupo, referidos, no texto, como “sujeitos” (l.3) e “pessoas”
(l.5).
- 43 O emprego do pronome “esta” (l.2) tem o efeito de marcar
a atualidade do texto.
- 44 Na expressão “os apelos monolíticos da sociedade de
consumo” (l.4), o adjetivo foi empregado com sentido
figurado.
- 45 De acordo com as regras sintáticas de construção do período,
garante-se a correção gramatical do texto, ao se substituir a
oração “em que as pessoas, despojadas ou empobrecidas em
sua subjetividade, dedicam-se a cultivar a imagem de outras”
(l.5-7) por: **de as pessoas, despojadas ou empobrecidas de
sua subjetividade, dedicarem-se a cultivar a imagem de
outras**.

Texto V – itens de 46 a 50

1 O dinheiro, mercadoria universal por excelência,
produz uma nova metafísica da vida humana: alguns
salários são *irrecusáveis*. Portanto certas ofertas, partindo de
4 multinacionais capazes de concentrar capital suficiente para
efetuá-las, selam o destino da vítima, assim como os
desígnios de Deus determinaram o sacrifício do filho de
7 Abraão.

Idem, ibidem.

Considerando as idéias e as estruturas morfossintáticas do texto V, julgue os itens a seguir.

- 46 A expressão “mercadoria universal por excelência” (ℓ.1) exerce a mesma função sintática que “*irrecusáveis*” (ℓ.3).
- 47 Dado o seu sentido explicativo, a conjunção “Portanto” (ℓ.3) poderia ser substituída pelo conector **Porquanto**, sem prejuízo da coerência do texto.
- 48 A consideração inicial da autora confere ao dinheiro um caráter de transcendência da materialidade dele.
- 49 A autora do texto vale-se de um aparente paradoxo para apresentar uma reflexão crítica acerca da sociedade capitalista.
- 50 A referência à passagem bíblica atenua a idéia do domínio que os bens materiais poderiam exercer sobre os seres humanos.

PARTE II

A Lei de Responsabilidade Fiscal, embora recente, já se tornou um marco na história das finanças públicas no Brasil. Sendo norma abrangente sobre finanças públicas, promoveu alterações no funcionamento do controle externo e dos tribunais de contas. Acerca desse tema, julgue os itens seguintes.

- 51 Em cada unidade federativa, as contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo incluirão, além das suas próprias, as dos presidentes dos órgãos dos poderes Legislativo e Judiciário e do chefe do Ministério Público, as quais receberão, separadamente, parecer prévio do respectivo tribunal de contas. No âmbito da União, as contas do Poder Judiciário serão apresentadas pelos presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores, consolidando as dos respectivos tribunais.
- 52 Os tribunais de contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo de 60 dias do recebimento, vedado o estabelecimento de prazo diverso nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais.

53 As contas apresentadas pelo chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo poder legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade. A prestação de contas da União conterà demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, os quais especificam os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e, no caso das agências financeiras, avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício.

54 Todos os relatórios demandados pela Lei de Responsabilidade Fiscal para publicação serão previamente auditados, para que o tribunal de contas a que estiver jurisdicionado o ente público verifique se as normas atinentes estão sendo observadas, em especial as que tratam sobre contabilidade.

O processo orçamentário brasileiro, em especial o do governo federal, vem passando por inovações importantes nos últimos anos, que se reportam a normas com fulcro em dispositivos específicos da própria Constituição Federal. Com relação a esse tema, julgue os itens a seguir.

- 55 Os programas de serviços do Estado abrangem as ações de gestão de governo e são compostos de atividades de planejamento, orçamento, controle interno, sistemas de informação e diagnóstico de suporte à formulação, coordenação, supervisão, avaliação e divulgação de políticas públicas.
- 56 A Lei Orçamentária Anual não deve conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo nessa proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- 57 Os créditos especiais destinam-se a atender às despesas urgentes e imprevisíveis, como ocorre em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública. Conseqüentemente, não decorrem de planejamento e de orçamento e requerem ações urgentes do poder público.
- 58 Não compete ao Congresso Nacional a proposição de plano plurianual ou mesmo a alteração do plano vigente. Porém, no seio do Parlamento, a proposta de plano plurianual — encaminhada pelo presidente do Poder Executivo, frise-se — poderá receber emendas, apresentadas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMPOF), onde recebem parecer, que, após votado na Comissão, é apreciado pelo Congresso Nacional na forma do Regimento Comum.
- 59 O presidente da República pode enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificações ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, enquanto não for iniciada na CMPOF a votação da parte cuja alteração é proposta.
- 60 O orçamento-programa pode ser definido como um plano de trabalho que contém um conjunto de ações a realizar e a identificação dos recursos necessários à sua execução. O orçamento-programa não é apenas documento financeiro, mas instrumento de operacionalização das ações do governo, em consonância com planos e diretrizes estabelecidos.

Considerando as regras constitucionais e a lei orgânica do Tribunal de Contas da União (TCU), julgue os itens que se seguem.

- 61 Compete ao TCU realizar inspeções e auditorias requeridas pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal ou por determinadas comissões do Legislativo federal. Todavia não há imposição expressa para que apresente pronunciamento conclusivo de matéria cuja apreciação lhe foi solicitada por um desses órgãos.
- 62 De acordo com a Constituição Federal de 1988, a fiscalização contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do município será exercida pelo Legislativo municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno dos poderes Executivo e Legislativo municipais, na forma da lei. Assim, o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- 63 Nos termos da Constituição Federal de 1988, o TCU pode apreciar contas de governo de autarquia territorial e emitir parecer prévio.
- 64 Considere que, instaurada tomada de contas especial em razão de irregularidades verificadas em obra pública federal, na qual se detectou a existência de dano ao erário, o TCU constatou que toda a documentação comprobatória da despesa fora destruída por violenta e inevitável inundação provocada por eventos naturais. Diante disso, o Tribunal pode, em decisão terminativa, ordenar o trancamento das contas, considerando-as ilíquidáveis. Pode, também, julgar o mérito das contas, alguns anos depois, caso estejam presentes os requisitos legais aplicáveis.
- 65 Nos termos da Lei n.º 8.443/1992 (Lei Orgânica do TCU), o TCU tem jurisdição própria e privativa, em todo o território nacional, sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência e, somente por decisão do TCU, as pessoas abrangidas pela jurisdição do Tribunal podem ser liberadas da responsabilidade de prestar-lhe contas.
- 66 De acordo com as normas infraconstitucionais, o TCU tem competência para julgar as contas dos gestores da administração federal direta e indireta. Mas, em relação às contas de governo da República, o Tribunal deve apenas apreciá-las e emitir parecer prévio, pois cabe ao Congresso Nacional julgá-las com base nos pareceres emitidos pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional de que trata o art. 166 da Constituição Federal.
- 67 Comprovada fraude a licitação, o TCU deve declarar a inidoneidade do licitante fraudador, que ficará impossibilitado de participar de licitação por até 5 anos. Essa sanção, cuja imposição cabe ao plenário do Tribunal, abrange apenas licitações da administração pública federal.

- 68 Considere a seguinte situação hipotética.

Em 2004, foram repassados R\$ 500 mil em recursos federais a determinado município mediante convênio destinado à reforma de escolas públicas. Na prestação de contas do ajuste, o órgão concedente verificou que houve desvio de valores públicos, mas não instaurou a tomada de contas especial (TCE). Pouco tempo depois, em processo de auditoria realizada pela unidade técnica competente, o TCU determinou que o órgão concedente adotasse as medidas necessárias à reparação do dano ao erário, sem prejuízo de instauração da devida TCE.

Nessa situação, a deliberação do TCU foi acertada, pois, nos termos da Lei n.º 8.443/1992, o TCU não tem competência para instaurar a TCE, mas apenas para determinar a instauração desse procedimento, que deve ser direcionado à apuração dos fatos, à identificação dos responsáveis e à quantificação do dano.

- 69 Considere a seguinte situação hipotética.

Assegurada a ampla defesa, o TCU julgou irregulares as contas de Bento, imputou-lhe débito no valor de R\$ 100 mil e aplicou-lhe multa proporcional ao débito no valor de R\$ 10 mil. Pouco tempo depois, Bento, único responsável, faleceu.

Nessa situação, os valores correspondentes à multa não mais deverão ser cobrados, embora a quantia relativa ao débito ainda possa ser cobrada, de modo a se promover o ressarcimento integral do dano.

- 70 Nos termos da lei, caso determinado responsável não acate decisão do TCU que lhe imputou débito, é possível que o Tribunal promova o ressarcimento do erário por outro meio legítimo, além da cobrança judicial da dívida promovida com o auxílio inicial do Ministério Público junto ao Tribunal.

Julgue os itens a seguir, acerca de finanças públicas e fiscalização orçamentária no âmbito federal.

- 71 Considere que um professor de direito constitucional tenha afirmado a seus alunos que a lei de diretrizes orçamentárias deve conter a previsão das receitas e a fixação das despesas relativas ao ano seguinte ao da sua edição. Nessa situação, a afirmação do professor é equivocada porque essa lei rege as despesas e as receitas relativas ao próprio ano em que ela é editada.
- 72 Considere que um jornal tenha noticiado que era vedado ao Congresso Nacional emendar o projeto de lei do orçamento anual por ser esse projeto de iniciativa exclusiva do presidente da República. Nessa situação, a informação veiculada pelo jornal foi equivocada.
- 73 O plano plurianual é estabelecido mediante lei complementar de iniciativa conjunta dos chefes dos três poderes da União.

Acerca dos princípios constitucionais relativos ao direito administrativo, julgue os itens que se seguem.

- 74 A existência de atos administrativos discricionários constitui uma exceção ao princípio da legalidade, previsto expressamente na Constituição da República.
- 75 Um professor de direito afirmou a seus alunos que, em virtude do princípio constitucional da irretroatividade, a invalidação de um ato administrativo não atinge efeitos do ato ocorridos anteriormente à data da invalidação. Nessa situação, a afirmação do professor é equivocada.
- 76 Um jornal noticiou que, de acordo com o princípio constitucional da publicidade, a publicação na imprensa oficial é requisito essencial de validade dos atos administrativos praticados pela administração federal direta. Nessa situação, a afirmação veiculada pelo jornal é correta.

Considerando que a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) é uma autarquia federal, julgue os itens a seguir.

- 77 Considere que a ANATEL pretenda selecionar pessoas para ocuparem cargos de provimento efetivo lotados na autarquia. Nessa situação, a ANATEL deve selecionar tais pessoas mediante procedimento licitatório realizado na modalidade concurso.
- 78 Ato administrativo que nomeie um cidadão brasileiro para cargo comissionado lotado na ANATEL tem como requisito essencial de validade a sua aprovação pelo TCU.
- 79 Um edital de licitação emanado da ANATEL constitui ato administrativo normativo, portanto, não é sujeito a revogação.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ex-autarquia federal criada pela Lei n.º 1.628/1952, foi enquadrado como empresa pública federal pela Lei n.º 5.662/1971. O BNDES é um órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e tem como objetivo apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do país.

Texto adaptado do sítio do BNDES.

Considerando o texto acima e as informações nele contidas, julgue os itens seguintes.

- 80 Embora o BNDES tenha sido instituído mediante lei federal, ele pode ser extinto mediante decreto do presidente da República, independentemente da edição de lei autorizativa.
- 81 Ao ser transformado em empresa pública, o BNDES deixou de integrar a administração direta e passou a fazer parte da administração federal indireta.
- 82 Os empregados do BNDES são servidores públicos federais e, portanto, a eles se aplica o regime jurídico estabelecido na Lei n.º 8.112/1990.

Adriano, após ocupar cargo efetivo no TCU durante exatos dez anos, foi demitido por motivo de corrupção.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 83 É requisito de validade da demissão de Adriano a realização de inquérito administrativo voltado à apuração dos fatos relativos à infração disciplinar cometida pelo servidor.
- 84 É vedado a Adriano ocupar novamente cargo público de provimento efetivo na administração pública federal.
- 85 A Constituição da República garante a Adriano o direito de receber seguro-desemprego, durante os seis meses seguintes ao ato que determinou a sua demissão.
- 86 A demissão de Adriano configura rescisão unilateral do contrato de trabalho que ele celebrou com a União mediante a assinatura do termo de posse.

Reinaldo, servidor público ocupante de cargo comissionado no TCU há exatos seis anos, solicitou que lhe fosse concedida licença para tratar de interesses particulares. Seu pedido foi recusado sob o argumento de que essa licença somente pode ser concedida a servidores ocupantes de cargo efetivo.

Considerando a situação hipotética descrita acima, julgue os itens que se seguem.

- 87 O indeferimento do pedido de Reinaldo foi um ato administrativo vinculado.
- 88 O argumento utilizado para indeferir o pedido de Reinaldo é juridicamente correto.
- 89 Do fato de Reinaldo ocupar o mesmo cargo há seis anos não se pode inferir que ele tenha sido aprovado em estágio probatório.

Acerca de licitação e contratos na administração pública federal, julgue os itens a seguir.

- 90 Em virtude da proteção constitucional do ato jurídico perfeito em matéria administrativa, é vedado à União alterar unilateralmente cláusulas contratuais em contratos administrativos.
- 91 As sociedades de economia mista e as empresas públicas submetem-se às mesmas regras acerca de procedimento licitatório aplicáveis às autarquias e às fundações públicas.
- 92 A modalidade licitatória pregão é a forma de leilão aplicável à aquisição de bens que envolvam tecnologia sofisticada ou serviços técnicos especializados.

Julgue os itens a seguir, relativos a licitações e contratos da administração pública federal.

- 93 É vedado realizar tomada de preço de tipo melhor técnica para a contratação de obra de engenharia.
- 94 O convite é uma modalidade licitatória incompatível com a contratação de obras de engenharia.

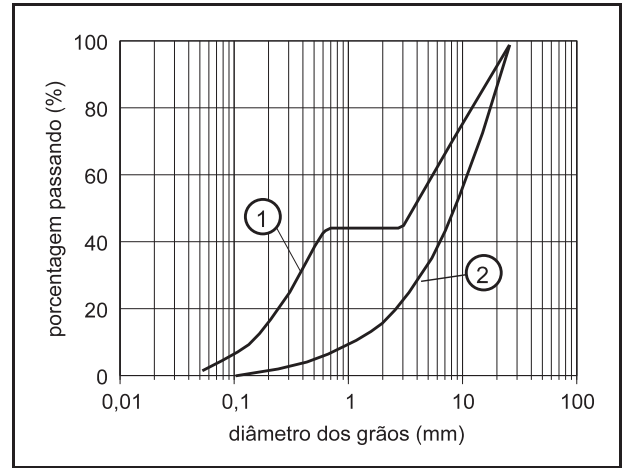
Supondo que a União publicou edital de concorrência pública para a construção de uma biblioteca em Brasília – DF, julgue os itens subsequentes.

- 95 É ilícita cláusula que determina que o projeto executivo seja desenvolvido concomitantemente à execução das obras, porque a existência dele é requisito necessário para a validade do edital de licitação.
- 96 É ilícita cláusula que determina, na fase de habilitação, que somente sejam admitidos documentos apresentados em original.
- 97 É ilícita cláusula que estabelece que podem concorrer na referida licitação somente empresas com sede e administração no Distrito Federal.
- 98 É ilícita cláusula do edital dispondo que os licitantes abram mão do direito de impugnar a concorrência, mediante mandado de segurança, antes de esgotados os recursos administrativos cabíveis.
- 99 É compatível com a legislação a cláusula que determina que apenas os licitantes devidamente habilitados podem participar da sessão de abertura das propostas porque a inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.
- 100 Seria ilícito ato que anulasse o referido edital, pois editais de licitação regularmente publicados são irrevogáveis.

PARTE III

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, para atingir as finalidades constitucionais, constancia-se nas técnicas de trabalho desenvolvidas no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, denominadas auditoria e fiscalização. Acerca da auditoria governamental, julgue os itens que se seguem.

- 101 A finalidade da auditoria é comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos quanto aos aspectos referentes à eficiência e à eficácia das unidades e das entidades da administração pública, mas exclui as entidades de direito privado, ainda que elas tenham se beneficiado de repasse de recursos públicos.
- 102 Considere a seguinte situação hipotética.
Ao examinar tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Educação contra o gestor de uma determinada prefeitura em razão de possíveis irregularidades detectadas na construção de escola com recursos federais repassados mediante convênio, o respectivo órgão de controle interno verificou existirem tão-somente falhas formais que caracterizam impropriedades na gestão dos recursos públicos transferidos.
Nessa situação, observando o contido no parágrafo intermediário do certificado de auditoria, o auditor, em seu parecer, deverá concluir pela regularidade com ressalva das contas.
- 103 O comando de auditoria representa a essência do ato de auditar e define o ponto de controle sobre o qual se deve atuar. Para tanto, pode-se utilizar os testes de observância e os testes substantivos.
- 104 Entre outras finalidades, os papéis de trabalho servem de suporte aos relatórios e determinam se o serviço foi feito de forma adequada e eficaz, mas não podem conter juízo a respeito da solidez das conclusões emitidas.
- 105 O método de amostragem é aplicado como forma de viabilizar a realização de ações de controle em situações em que o objeto alvo da ação apresenta-se em grandes quantidades e(ou) distribui-se de maneira bastante pulverizada. Quando as características da população são de fácil mensuração, mesmo que a população não seja pequena, não se recomenda a utilização de amostragem.



A qualidade e as características dos agregados são fundamentais nas obras rodoviárias. A figura acima apresenta os resultados de ensaios de granulometria em dois agregados. Com base nessa figura, julgue os itens a seguir, relativos a esses resultados e à medição de propriedades relevantes de agregados.

- 106 O material indicado pelo número 1 apresenta granulometria contínua.
- 107 No material indicado pelo número 2, observa-se a ausência de *filler*.
- 108 O rolo pé-de-carneiro seria o mais indicado para a compactação do material indicado pelo número 2.

Algumas construções rodoviárias podem ser inviáveis devido aos elevados impactos ambientais, que devem ser devidamente avaliados e minimizados. A respeito desse assunto, julgue os seguintes itens.

- 109 No que se refere a licenciamento ambiental para construção de uma rodovia, a licença prévia (LP) deve ser solicitada para iniciar-se a implantação do empreendimento, devendo o requerimento ser instruído com a apresentação do projeto de engenharia correspondente.
- 110 Durante a construção de uma rodovia, as obras de drenagem e de construção de túneis são consideradas ações modificadoras do meio ambiente.
- 111 Durante a fase de implantação de rodovias, é comum a alteração dos limites de desmatamento estabelecidos em projeto devido à dificuldade dos operadores de máquinas em acompanharem, principalmente em regiões de vegetação densa, a linha sinuosa que delimita os *off-sets* de terraplenagem.
- 112 No que se refere a empréstimos de terra, a utilização do método construtivo denominado bota-dentro pode resultar na formação de piscinas ao longo das rodovias, ambiente favorável à proliferação de vetores de doenças graves.
- 113 A construção de bueiros curtos, que terminam acima dos pés dos aterros, é recomendada para se evitem erosões e voçorocas, que, por retroerosão, podem destruir a estrada.

As características, as propriedades e o controle de materiais influenciam sobremaneira a qualidade final e a durabilidade de obras rodoviárias. Com relação aos materiais empregados nesse tipo de obra, julgue os itens subsequentes.

- 114 Para efeito de fiscalização, para cada lote de 100 sacos de cimento, ou o equivalente, deve-se retirar uma amostra parcial com, no mínimo, 5 kg. Essas amostras parciais, cuidadosamente misturadas, constituirão a amostra média a ser utilizada em ensaios.
- 115 Em pavimentações, o equivalente de areia é utilizado no controle de finos de materiais granulares.
- 116 Conforme norma específica, entre a coleta da amostra de cimento Portland e a sua chegada ao laboratório de ensaio, devem decorrer, no máximo, 20 dias.
- 117 Os dopes podem ser utilizados para aumentar a adesividade de agregados ao ligante betuminoso.
- 118 Um cimento asfáltico de petróleo classificado como CAP-85/100 é mais duro que outro classificado como CAP-30/45.

Julgue os itens que se seguem, relativos a custos rodoviários.

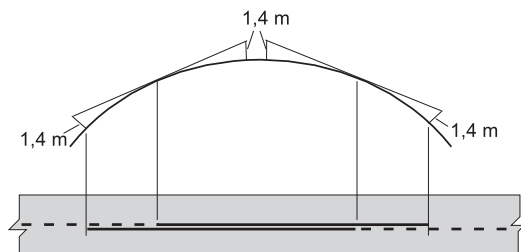
- 119 No que se refere a serviços de terraplenagem e pavimentação, no cálculo de custos de transportes de materiais, as parcelas relativas às operações de manobra, carga e descarga do equipamento, que independem da distância a ser percorrida e do tipo de revestimento da rodovia utilizada, são computadas no custo de execução do serviço correspondente.
- 120 Na composição de custo unitário de referência para a execução de base de brita graduada, deve ser prevista a utilização de rolo compactador, distribuidor de agregados e caminhão-tanque, entre outros equipamentos.

O custo final de obras rodoviárias depende dos critérios de medição de serviços empregados. Com relação a esse assunto, julgue os itens a seguir.

- 121 Os serviços de imprimação e pintura de ligação são medidos com base no volume de material utilizado no serviço.
- 122 O serviço de limpeza e enchimento de juntas de pavimento de concreto é medido com base na área de pavimento tratado.

O projeto de sinalização rodoviária é fundamental para a segurança dos usuários e para a organização do tráfego de veículos em rodovias. A esse respeito, julgue os próximos itens.

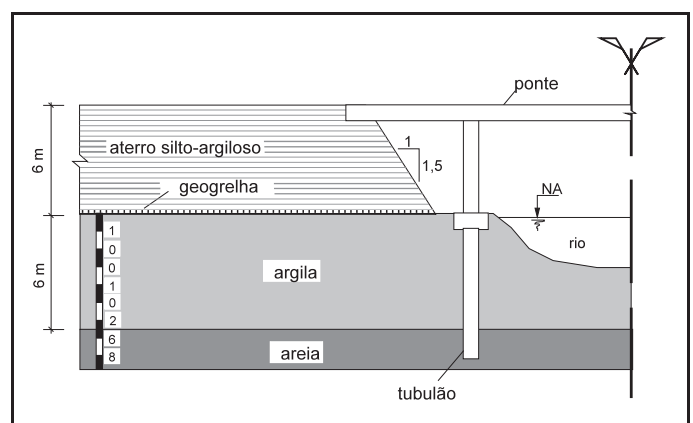
- 123 O desenho (corte e planta) abaixo apresenta corretamente a forma de definição de posicionamento, na pista, de sinalização de zonas de proibição de ultrapassagens em curvas verticais de um trecho de uma rodovia.



- 124 Os comprimentos das linhas de canalização, nos segmentos correspondentes a variações de largura de pista (segmentos de *taper*), podem ser determinados com base na variação de largura da pista e da velocidade estabelecida para o percurso.

Considerando que o projeto e a execução de rodovias e seus componentes envolvem planejamento e estudos de natureza diversificada, julgue os itens subsequentes.

- 125 O método de dimensionamento de pavimentos flexíveis estabelecido pelo DNER, atual DNIT, aplica-se a subleitos de qualquer natureza e características geotécnicas diversas.
- 126 No dimensionamento de obras de drenagem para pavimentos, a capacidade de vazão, ou descarga, das sarjetas de corte e meio fio de aterro pode ser determinada pela fórmula de Manning.
- 127 Nos canteiros de serviços, é conveniente que o almoxarifado seja localizado próximo à oficina.
- 128 As escavadeiras com caçambas tipo *drag-line* não devem ser utilizadas para a extração de areia para a construção de componentes de rodovias.



A figura acima apresenta a seção transversal de projeto para uma ponte e seus aterros de encontro em uma rodovia. Para a execução de todo o projeto, pretende-se utilizar os dados de sondagem à percussão, executada no local, e cujos resultados são mostrados na figura. O aterro será compactado com grau de compactação igual a 80% e com desvio de umidade máximo em relação à umidade ótima de $\pm 3\%$. O controle de compactação do aterro proposto baseia-se na verificação do peso específico úmido de cada camada compactada, ao final da compactação, com a utilização do ensaio de frasco de areia. Para a base do aterro, está prevista a utilização de uma camada de reforço de geogrelha, com resistência a tração igual a 35 kN/m. A solução de fundação proposta para a ponte é de tubulões executados a céu aberto, sem revestimento. Com relação a essa proposta, julgue os itens de **129** a **136**.

- 129 No projeto, deveria estar prevista a aceleração dos recalques por adensamento do solo de fundação sob o aterro e, nesse caso, a utilização de estacas de brita de grande diâmetro atravessando a camada mole seria uma solução técnica e economicamente viável.
- 130 Nas especificações de execução do aterro, deve-se prever que a sua construção dure o menor tempo possível, pois, quanto mais rapidamente o aterro for executado, melhores serão as suas condições de estabilidade.
- 131 Para ter aumentadas as suas condições de estabilidade, a ponte deve ser construída antes do aterro do encontro.

- 132 A solução proposta para a fundação da ponte em tubulão a céu aberto, sem revestimento, não é a mais indicada dos pontos de vista técnico e econômico.
- 133 Os resultados da sondagem executada são suficientes para a elaboração do projeto do aterro e para a previsão do seu desempenho futuro.
- 134 As especificações de compactação do solo de aterro propostas são insatisfatórias para as características da obra.
- 135 A utilização da geogrelha como reforço na base do aterro do encontro reduzirá substancialmente os recalques do aterro.
- 136 O controle de compactação do aterro com base somente na obtenção do peso específico úmido, como proposto no projeto, é insatisfatório.

Na fiscalização do orçamento para um serviço de terraplenagem em uma rodovia federal, para a execução de um corte em material argiloso, foram apresentadas as seguintes observações:

- I relação entre o volume de corte e o volume de material solto igual a 0,91;
- II fatores de carga dos equipamentos de escavação e transporte de material igual a 0,5;
- III tempo total de ciclo para uma carregadeira de pneus tipo Caterpillar estimado em 4 minutos;
- IV preço unitário com inclusão de transporte e previsão para distâncias de transporte superiores a 5.000 m, com remuneração dos custos excedentes de transportes por preços específicos, em $t \times km$, conforme metodologia adotada pelo SICRO2.

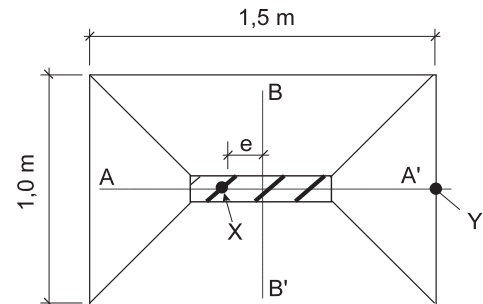
Com relação às observações apresentadas, julgue os itens subsequentes.

- 137 A observação I deve ser considerada satisfatória.
- 138 A observação II subestima os fatores de carga usualmente adotados para equipamentos de escavação e transporte.
- 139 A observação III é satisfatória para o tipo de serviço e equipamento a ser utilizado.
- 140 A observação IV é satisfatória, considerando-se as características da obra.

O dimensionamento ideal e a qualidade de execução de fundações de obras civis são requisitos fundamentais para o bom desempenho das construções. Acerca dessas fundações, julgue os itens a seguir.

- 141 A fundação do tipo caixão, por utilizar uma estaca de grandes dimensões, cravada por percussão, não é recomendada quando os prédios vizinhos à construção são sensíveis a vibrações do terreno.
- 142 No cálculo da carga admissível em relação à resistência última de um elemento de fundação, os métodos correntes de dimensionamento utilizam fatores de segurança a serem aplicados sobre os valores de capacidade de carga obtidos por cálculo ou experimentalmente, sendo que tais fatores de segurança independem do tipo de elemento de fundação.

- 143 Considere que a figura abaixo apresenta a planta de uma sapata com base plana e horizontal, submetida a um carregamento concentrado e excêntrico aplicado no ponto X. Os eixos AA' e BB' são eixos de simetria da sapata. Assumindo-se a tradicional forma de variação trapezoidal das tensões verticais de contato entre a base da sapata e o solo subjacente, é correto afirmar que a tensão vertical de contato no ponto Y será nula se a excentricidade "e" da carga concentrada for igual a 0,25 m.



- 144 O método de Schmertmann para o cálculo de recalques de fundações superficiais, que só é aplicável no caso de sapatas flexíveis apoiadas em solos predominantemente argilosos, baseia-se em valores de índices de resistência à penetração obtidos em sondagens à percussão.
- 145 No caso de um elemento de fundação superficial estar distribuindo tensão vertical uniforme na superfície de uma camada de solo homogêneo, o bulbo de tensões é a região delimitada pela linha isóbara correspondente a 10% da tensão vertical na superfície e, nessa região, concentram-se as deformações mais significativas do solo de fundação, que provocarão recalque superficial do elemento de fundação.

RASCUNHO

Julgue os próximos itens, relativos a projeto e execução de estruturas metálicas de edificações.

- 146 No que tange a ligações de componentes de uma estrutura metálica por soldas, o comprimento efetivo de uma solda de entalhe é igual ao seu comprimento real, o qual deve ser igual à largura da parte ligada.
- 147 Nas ligações de partes de estruturas metálicas por meio de parafusos, a distância entre o centro de um furo padrão e qualquer borda de uma parte ligada deve ser superior a um valor mínimo estipulado, que depende do instrumento ou ferramenta utilizado no corte da borda.
- 148 Não havendo especificação em contrário, todas as cargas de elevadores devem ser majoradas para se considerar impactos, e seus suportes devem ser dimensionados dentro dos limites de deformação permitidos pelas normas de elevadores.

As estruturas de concreto devem ser cuidadosamente dimensionadas, de forma a garantirem a estabilidade e as condições de segurança das construções. Com relação ao dimensionamento desse tipo de estrutura, julgue os itens subsequentes.

- 149 A análise estrutural tradicional de placas admite que a seção transversal da placa não se mantém plana após a deformação, independentemente da espessura considerada da placa.
- 150 Em vigas de concreto armado, independentemente da sua altura, é necessária a armadura de pele.

Denúncias de irregularidades em uma obra pública levaram à realização de uma auditoria. Entre outros documentos considerados para uma pré-análise, encontrava-se o processo de licitação. Uma única empresa apresentou proposta e foi, portanto, declarada vencedora nesse processo. A documentação apresentada pela empresa para o processo licitatório continha um estudo de concepção e uma estimativa dos custos. Tendo em vista que houve apenas uma empresa nesse processo, o projeto básico foi anexado posteriormente. Nesse projeto, havia informações sobre os métodos construtivos, condições organizacionais para a obra e a relação dos insumos necessários. Os anexos desse projeto continham uma planilha intitulada orçamento sintético, em que se encontravam listadas criteriosamente as composições dos serviços que seriam executados e uma curva ABC. O projeto previa, ainda, a montagem e a manutenção de uma estrutura administrativa no local da obra e cujas despesas estavam lançadas no orçamento estimativo como despesas indiretas na taxa de benefícios e despesas indiretas (BDI). Incluía também os custos para a construção de um alojamento para trabalhadores e os gastos com a construção de uma área de lazer para eles, o que também foi lançado como despesas indiretas. No final da documentação, encontrava-se uma cópia do termo circunstanciado de recebimento definitivo da obra feito pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização.

À luz da legislação em vigor e considerando a documentação descrita na situação hipotética acima, julgue os itens a seguir.

- 151 Em relação ao projeto básico, as informações apresentadas estão de acordo com a legislação referente à licitação de obras públicas.
- 152 Tendo em vista que obras e serviços podem ser licitados a partir do estudo de concepção e orçamento estimativo de custos, é correto afirmar que não houve erros no processo licitatório.
- 153 Mesmo havendo uma única empresa, houve violação da lei ao permitir que o projeto básico fosse anexado posteriormente.

- 154 O título da tabela constante do anexo do projeto básico está equivocado, pois em um orçamento sintético não se especificam detalhadamente os serviços a serem executados.
- 155 Na composição de serviços de obra, os insumos considerados são os materiais, a mão-de-obra e os equipamentos.
- 156 A curva ABC é elaborada para determinação do impacto das despesas indiretas no preço da obra.
- 157 No orçamento estimativo, a área equivalente de construção é determinada pela transformação das áreas reais em áreas com um único padrão.
- 158 A BDI é a margem de acréscimo que se deve aplicar sobre o custo direto para incluir as despesas indiretas e o benefício do construtor na composição do preço da obra.
- 159 Tendo em vista que não há determinação legal para a inclusão nos custos da obra das áreas de lazer citadas, há motivo para suspeita de atribuição indevida de gastos.
- 160 O recebimento da obra atendeu aos requisitos da legislação pertinente.
- 161 Há erro de classificação das despesas relacionadas à criação da estrutura administrativa.
- 162 É correto incluir no custo direto os riscos considerados previsíveis relacionados à época de chuvas.

A alvenaria, compreendida como conjunto de paredes, muros e obras similares, tem grande aplicação em obras de engenharia civil. Para garantir bom desempenho desse componente, cuidados especiais devem ser previstos na etapa de projeto e execução. Quanto a esse assunto, julgue os itens em seguida.

- 163 Para alvenaria exterior portante, não deve ser utilizada argamassa de assentamento que contenha cal hidratada.
- 164 Na edificação de alvenaria com blocos estruturais, é necessário que esses blocos sejam de concreto.
- 165 Paredes de gesso acartonado (*drywall*) são adaptáveis a qualquer tipo de estrutura, como as de madeira ou de aço.
- 166 Blocos de concreto celular autoclavado têm limitação de uso devido à sua baixa resistência ao fogo.

Uma das alternativas na concepção do projeto estrutural é o emprego de estruturas metálicas, com vantagens consideráveis devido à possibilidade de pré-fabricação no processo construtivo. Acerca de estruturas metálicas, julgue os itens seguintes.

- 167 Em estruturas usuais de aço, o emprego de aços com teor moderado ou baixo de carbono exige precauções especiais para o processo de soldagem.
- 168 Na solda com eletrodo manual revestido, o revestimento tem a função de produzir gases inertes para evitar formação de impurezas na solda.
- 169 O perfil em chapa dobrada, um dos produtos estruturais derivados de aço plano, é especialmente recomendado para colunas e vigas em estruturas robustas.

Em edificações, uma etapa importante do trabalho de construção é o tratamento para garantir impermeabilização de elementos constituintes da edificação. A respeito de impermeabilização, julgue os itens a seguir.

- 170 A utilização de argamassa é parte do processo construtivo em sistema de membranas rígidas moldadas *in loco*.
- 171 No processo construtivo de impermeabilização por manta elastomérica, deve ser prevista etapa de colocação de berço amortecedor.
- 172 Na impermeabilização de alvenaria de embasamento com argamassa rígida impermeável, a última camada deve ser queimada, ou seja, polvilhada com cimento e alisada.
- 173 Para garantir boa estanqueidade, devem-se posicionar as juntas de dilatação no encontro entre lajes e paredes.

Em edificações, o que usualmente denomina-se revestimento são estruturas compostas por diferentes materiais ligados entre si, formando camadas superpostas. Com relação a essas estruturas, julgue os itens que se seguem.

- 174 Para revestimento cerâmico de paredes, é correto aplicar camada de pasta de cimento sobre camada de argamassa de assentamento.
- 175 No assentamento de piso pelo método de colagem, o revestimento cerâmico é assentado diretamente sobre a laje de concreto armado.
- 176 No assentamento de revestimento cerâmico pelo método de colagem, a interrupção do trabalho de colagem não prejudica o resultado final.
- 177 Juntas de movimentação para revestimento de azulejos devem aprofundar-se até a superfície da alvenaria.
- 178 Como o gesso tem resistência ao cisalhamento relativamente alta, forros de placa de gesso devem ser encunhados nas paredes laterais.

Instalações compreendem arranjos diversos de componentes das edificações, responsáveis por aspectos importantes do funcionamento das mesmas. A respeito de instalações, julgue os seguintes itens.

- 179 Em instalações elétricas, o dispositivo de proteção deve ser dimensionado para defesa contra sobrecargas e contra curtos-circuitos.
- 180 Em tubulação que sai de reservatório elevado para abastecimento de hidrantes em instalações de combate a incêndios, não deve ser instalada válvula de retenção, para garantir menor perda de carga.

Em obras relacionadas com recursos hídricos, são empregadas diversas estruturas hidráulicas, com características específicas para atender ao funcionamento adequado dessas obras. Quanto a essas estruturas hidráulicas, julgue os itens subseqüentes.

- 181 É possível aumentar a capacidade de escoamento em um canal trapezoidal sem modificar a geometria da seção transversal e sua declividade longitudinal.
- 182 Deve-se evitar o ressalto formado ao pé de um vertedor de barragem para que não aconteça processo erosivo.
- 183 Um orifício é classificado como submerso quando a carga hidráulica a montante do escoamento for superior à do ponto mais alto do mesmo.
- 184 A descarga de uma comporta de fundo plana instalada em um canal deve sempre ser de escoamento livre.
- 185 Em um vertedor, a contração lateral está relacionada com a largura da soleira.

Tópicos relacionados com hidrologia e recursos hídricos são de grande importância em projetos de irrigação, sendo determinantes para a avaliação criteriosa dos aspectos tecnológicos apontados no projeto. No que se refere a esses aspectos, julgue os próximos itens.

- 186 Em projetos de irrigação, estimativas dos valores da evapotranspiração podem ser feitas com base na evaporação potencial e no tipo de cultura.
- 187 Uma das definições de capacidade de campo é a quantidade de água retida pelo solo a partir do instante em que cessa a redistribuição.
- 188 A regionalização de funções estatísticas permite transferência de informações entre bacias para estudo de vazões mínimas em um rio.

Um sistema de abastecimento de água tem como objetivo principal abastecer à população com água de boa qualidade, dentro de padrões específicos, em quantidade e pressão adequadas. Para tanto, o sistema deve ter componentes bem projetados e construídos, com capacidade de atender a demanda nas mais diversas situações. Com relação ao sistema de abastecimento de água, julgue os itens seguintes.

- 189 Em uma captação com barragem de nível, o efeito de regularização de vazão permite atender ao sistema quando a vazão do manancial for inferior à demanda.
- 190 Em um poço tubular, o filtro é um componente do revestimento.
- 191 É recomendável a utilização de proteção catódica galvânica em adutoras de PVC.
- 192 Chaminés de equilíbrio são mais recomendadas nos trechos mais baixos das adutoras, onde a cota piezométrica é mais alta.
- 193 Em um reservatório de distribuição de jusante, a entrada de água deve estar a mais de 2 m acima da saída, para que sejam evitados vórtices.

Um sistema de esgoto sanitário abrange desde o conjunto de canalizações que recebem os esgotos junto aos domicílios até as instalações destinadas à depuração desses esgotos antes do lançamento. Para o bom funcionamento desse sistema, condições especiais quanto ao uso, ao regime hidráulico e aos materiais e equipamentos devem ser atendidas. A respeito do sistema de esgoto sanitário, julgue os itens a seguir.

- 194 No sistema separador absoluto, são transportadas águas residuárias domésticas e industriais e águas de infiltração.
- 195 Para permitir o acesso de pessoas para manutenção, tubo de inspeção e limpeza (TIL) e poço de inspeção (PI) são empregados em substituição ao poço de visita.
- 196 Em caso de elevatórias de poço seco, o conjunto motobomba deve permanecer submerso.
- 197 Para dimensionamento hidráulico de interceptores, considera-se a possibilidade de seu funcionamento como conduto livre ou como conduto forçado.

No manejo de águas pluviais, procura-se garantir o escoamento da água de chuva em períodos críticos, o que evita problemas como inundações e erosão. Para tanto, obras de engenharia são construídas com vistas a controlar, da melhor maneira possível, impactos gerados por precipitações críticas. Acerca desse assunto, julgue os itens que se seguem.

- 198 Na transposição de um aterro de estrada, um bueiro pode ser corretamente empregado como conduto forçado.
- 199 Boca-de-lobo com abertura na guia pode ser contínua ou com depressão.
- 200 Bacias de detenção não reduzem o volume de escoamento direto durante uma precipitação crítica.